

## Língua e literatura nos 40 anos das independências

Pág. 2/3

## Festlip 2015

Pág. 3

**Pela memória**  
Exposição *Condor* de João Pina  
na América do Sul

Pág.4

**Vasco Araújo**  
no MALBA

Pág.4

**Paulo Monteiro**  
no Luanda  
Cartoon

Pág.4

## Língua e literatura nos 40 anos das independências africanas

«A adoção do português como língua oficial das antigas colónias africanas portuguesas no momento do seu acesso à independência, em 1975, jogou-se antes da independência formal. A língua do colonizador foi a língua escolhida para escrever «grande parte dos textos políticos e literários, poéticos, jornalísticos que levaram à consciencialização da situação de subalternização que a colonização impunha». É esse, em substância, o ponto de partida da explicação de Margarida Calafate Ribeiro para que o português, «uma língua de opressão, de colonização», se tenha tornado «uma língua de emancipação» e seja hoje em dia idioma oficial de Angola, Cabo Verde e Moçambique, que declararam a independência há 40 anos, a que se soma a Guiné-Bissau, que proclamara essa independência em 1973 nas matas de Madina do Boé, e Timor-Leste, brevemente independente em 1975, e que está a reintroduzir o português, depois de se libertar em 2002 da anexação indonésia.

Essa transformação do português em língua emancipadora, a partir das independências – que permitiu o seu «grande salto» naqueles países, «até em termos do número de falantes» –, resultou de «uma atitude política inicial de construção da nação» por parte dos dirigentes africanos, afirma a investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, docente nos programas de doutoramento daquele centro e responsável pela Cátedra Camões, I.P./Eduardo Lourenço na Universidade de Bolonha.



Pepetela

Exemplifica com a lendária viagem de Samora Machel, primeiro Presidente de Moçambique independente, «do Rovuma ao Maputo», isto é, desde a Tanzânia à antiga Lourenço Marques, depois do acordo de paz de Lusaca, pontuada nas suas etapas por enormes comícios em que discursou em português. Samora Machel «sabia perfeitamente (...) que ninguém o estava a entender, mas politicamente aquilo era uma afirmação absolutamente necessária para que as micro-nações que compunham Moçambique se constituíssem como Estado-nação moçambicano».

**O PAPEL DA ASSIMILAÇÃO**  
Margarida Calafate Ribeiro sublinha que o caso do português não é «inédito». «Faz parte de todas as línguas

imperiais que circularam em África» – o inglês, o francês e o árabe. «São processos muito semelhantes do ponto de vista daquilo a que se chama a «apropriação» da língua do colonizador», uma expressão que esta doutorada em Estudos Portugueses pelo King's College, Universidade de Londres, rejeita. «A língua não tem proprietário», «é de quem a fala», diz.

Várias outras razões explicam, segundo a investigadora, que «as línguas de colonização se tornem línguas de emancipação». Em primeiro lugar porque eram a língua da cultura, «a língua em que as pessoas eram escolarizadas – as poucas que eram escolarizadas», depois porque era a língua do processo de assimilação – «e nós sabemos bem que uma parte substancial dessa primeira consciência nativista vem justamente do grupo dos assimilados» – e ainda porque era a língua da «ordem, que é o direito, e da religião institucional, pela qual as pessoas também querem, de alguma forma, serem reconhecidas».

De entre estes fatores, a investigadora do CES sublinha a importância do «mecanismo da assimilação», presente nos colonialismos português e francês, mecanismo esse que considera «extremamente perverso», porque, com ele, «o colonizador acredita que o outro quer ser como nós, e o outro, no seu processo de lenta alienação, quer ser como o colonizador, mas a perversidade é que quem promove a assimilação sabe que o colonizado nunca lá chegará». Nas colónias portuguesas, uma das exigências do estatuto do assimilado, que dava acesso a uma certa

ascensão social, à educação e a um emprego melhor, era precisamente o domínio da língua portuguesa.

É preciso ainda ter em conta, no dizer da investigadora, que, no tempo colonial, «o português é uma língua essencialmente urbana», facto importante em Angola, «cujos movimentos políticos [independentistas] são também eles essencialmente urbanos», por oposição, por exemplo, a Moçambique, em que parte dos movimentos que confluem na FRELIMO é eminentemente rural.

«É uma grande oposição que explica que, em Angola, mesmo no tempo colonial, e com a proibitíssima escolarização das populações, o português se tenha de facto imposto de uma forma muito mais célere». Luanda, sublinha Margarida Calafate Ribeiro, «é a cidade mais antiga da África Austral, 1575», cidade «no sentido romano do termo, capaz de criar a civitas, a cidadania».

O português desempenhou ainda um papel importante não só nas políticas de assimilação – ao fazer o povoamento e misturar pessoas que falavam línguas diferentes – mas na própria guerra colonial/guerra de libertação, porque nos dois campos «as pessoas tinham de se entender entre si numa língua».



Manuel Rui

### A DIFERENÇA CULTURAL

Mas para esta especialista das literaturas africanas de língua portuguesa, no processo que desemboca nos movimentos de libertação, «tudo começa um pouco pela inscrição da diferença cultural [ainda em finais do século XIX, princípios do século XX] que, a prazo, reclama a independência política». «Não é exatamente que não era português, mas que era português diferente, com a introdução de alguns vocábulos e até de línguas locais, para depois se chegar àquele movimento emancipador», afirma.

Dá como exemplo, na literatura angolana, o caso de Luandino Vieira, cujas personagens, habitando os espaços «do outro lado da linha da cidade colonial, têm que falar um português diferenciado». A primeira prova desta literatura foi «mostrar, como Luandino Vieira mostrou, como Chinua Achebe mostrou na Nigéria, que pessoas de pele negra são personagens, podem ser personagens, têm vida para contar. Há um contexto que as identifica. Têm línguas para falar». «A língua portuguesa tinha que ser descolonizada da língua do colonizador para ser representativa dos outros de Luanda, daqueles que se chamavam, nos tempos coloniais, «os outros de Luanda»», explica Margarida Calafate Ribeiro. «O que é importante de facto nestes projetos é que o literário é político. E é nessa não-disjunção que se cria a estética destas literaturas».

«Ora inscrever essa diferença no tecido literário (...) torna de facto a língua portuguesa língua de emancipação», considera Margarida Calafate Ribeiro, que acrescenta: «há um processo funcional das pessoas se entenderem, de produzirem os documentos políticos, mas depois há também um processo que tem a ver com uma certa apropriação estética da língua – «eu também falo português» –, que passa por muitas coisas,

## Exclusão, inclusão e inscrição

«Uma das questões mais debatidas sobre a língua portuguesa nos países africanos que a têm como idioma oficial é a das exclusões que ela pode criar, seja no ensino seja na administração do Estado, por não ser a língua materna de largos setores populacionais.

Para Margarida Calafate Ribeiro, titular da cátedra «é óbvio» que, sendo a língua «poder e conhecimento», a utilização do português cria «mecanismos de exclusão». Mas a escolha de outra língua nacional também criaria «mecanismos de exclusão muito complexos», nomeadamente em Angola e Moçambique, onde na independência foi feita a opção de escolher o português como língua oficial.

«Valorizar o ronga, o changana [línguas do sul de Moçambique] ou outra língua nacional criaria mecanismos de exclusão muito complexos», porque «implica com um tecido local que corresponde a território, língua e etnia». «É um colete-de-forças muito complexo e ainda hoje vemos isso», diz a investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que refere as polémicas que surgem quanto à etnia dos protagonistas políticos sempre que há eleições.

No entanto, para Margarida Calafate Ribeiro, «se o sistema de ensino e o sistema de desenvolvimento funcionarem serão criados os mecanismos de inclusão e de acesso a um outro mundo».

Aliás, as línguas nacionais não estão excluídas da vida social e cultural. Em Moçambique, refere a investigadora, há estabelecimentos de ensino em que o início da escolarização é feito em duas línguas, o português e outra língua nacional, precisamente para que a progressão escolar seja mais célere. Foram também produzidos manuais de matemática e ciências em línguas nacionais.

A ausência de uma desenvolvida literatura em línguas nacionais explica-se, segundo a investigadora do CES, pelo facto de, quando a ex-colónias portuguesas ascenderam à independência, o debate sobre essa questão «já estar feito do ponto político» (v. texto principal).

Margarida Calafate Ribeiro, que publicou entre várias obras, um livro sobre as literaturas da Guiné-Bissau em português, com Odete Semedo, atual ministra da Educação daquele país, diz que as autoras tiveram consciência de haver «outros universos literários», porque a Guiné-Bissau possui



Luandino Vieira e Alda Espírito Santo

«uma cultura e uma literatura muito oral». Aliás, relativamente à língua, «uma das grandes armas que o colonizador leva é a escrita», considera. «Esse confronto entre a escrita e a oralidade dá também, sem exotismos, essa originalidade das literaturas africanas».

A influência das línguas nacionais sente-se assim na literatura escrita em português. Quando «lemos Ungulani Ba Ka Khosa [escritor moçambicano], vemos que há ali quase uma tradução para português, não só em termos do imaginário, da cosmogonia, mas também da própria língua. O trabalho que Luandino Vieira e Mia Couto fazem em relação à língua portuguesa também tem essa plasticidade». Ou pensarmos na interrogação poética lançada por Odete Semedo, «Em que língua escrever?»

A investigadora defende aliás que há uma «herança dupla» destas literaturas, resultado da «inscrição de outras nações», que se exprimem também nos revivalismos culturais bantos. Essa herança, diz, «é escrita, que é veiculada em português e se torna instrumento de comunicação, e oralidade». Por isso, ler em voz alta as obras de Boaventura Cardoso, Manuel Rui, Odete Semedo, ou mesmo Luandino Vieira, «às vezes faz mais sentido». A reminiscência

pela língua, pela raça, pela religião, no fundo por aquilo que nós podemos dizer que nos identifica, que define a nossa identidade».

O facto de alguns desses autores serem brancos - que sobretudo clandestinamente participaram no movimento de libertação - não lhes retira a qualidade de africanos. «Como dizem os sul-africanos: *born in Africa*. Portanto, são africanos. São africanos brancos, sintetiza a investigadora. Os protagonistas dessa literatura, refere, são assim «essencialmente brancos, mestiços e alguns negros, no início». Uma abordagem que apresenta similitudes com a que o escritor nigeriano Chinua Achebe teve no debate sobre se os autores africanos deviam escrever em inglês ou nas línguas nativas, nacionais, ao considerar que quando escrevia em inglês, a língua inglesa era africana.



FOTOGRAFIA: ANTONIO SILVA/REUTERS

Mia Couto

#### A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Muita coisa mudou entretanto nas literaturas de língua portuguesa dos países africanos, que tiveram inicialmente «um papel importante na formação da consciência nacional e na construção da nação, e mais tarde do próprio Estado, pela cultura». E essa mudança decorre, segundo a professora da Universidade de Bolonha, da mudança do contexto, seguindo o princípio de que «os textos refletem contextos». Margarida Calafate Ribeiro sublinha

das oralidades está de alguma forma registada no tecido textual.

E depois, afirma, «há toda uma maneira de estar, (...) uma duplicidade [que] é sempre perturbadora para os cartesianos, mas que nestas literaturas e nestas expressões culturais não é, porque começa por uma coisa: a maioria das pessoas é genuinamente bilingue». «Isso é uma das coisas que se vê nas literaturas, a duplicidade da personagem, que é perfeitamente ocidental, mas que depois tem muitas outras formas de ver e de olhar e de se relacionar».

Margarida Calafate Ribeiro faz mesmo o elogio do bilinguismo africano. «A maioria dos africanos (...) são absolutamente bilingues. O bilinguismo é inerente ao africano. É muito comum [os africanos] falarem o inglês (o português, o francês) e a língua da cidade, ou a sua língua materna, de origem, dependendo de onde as pessoas são. Isto é uma riqueza muito grande, porque uma língua dá-nos outra forma de ver o mundo, é um património único que levamos para todo o lado».

que a representação de uma cidade como Luanda é hoje muito diferente da que foi dada pela literatura colonial ou até por Luandino Vieira, António Cardoso e António Jacinto. «A representação de Luanda é muito diferente, porque a população mudou imensamente com a guerra, tornou-se um lugar de refúgio para imensas pessoas. É uma cidade africana completamente sobrelotada, em que, por exemplo, essa literatura do musseque implodiu de alguma maneira». «Hoje em dia, aquilo que poderia descrever melhor a cidade de Luanda, que vai desde um Pepetela aos novos poetas, é aquela mobilidade, aquela gente toda em trânsito, um trânsito que não anda, numa coisa que não funciona, mas em que toda a gente mais ou menos se safa e, sobretudo, em que toda a gente mais ou menos encontra, apesar de tudo, um lugar. Ora isso são mudanças muito grandes».

A mudança também esteve «nos grandes projetos literários, de um Pepetela, de um Manuel Rui», que pretenderam criar, não já a nação, mas «um Estado pela cultura». Isso reflete-se na própria biografia dos autores, envolvidos em projetos culturais de cariz institucional, e na criação de uma historiografia pela literatura. A investigadora aponta o projeto do angolano Pepetela, quando este cria e revisita mitos fundacionais em *Muana Puó* [1978], fala da história da cidade de Luanda, da ocupação dos holandeses e da resistência em *A Gloriosa Família* [1997] e, depois, escreve *Yaka* [1985], grande romance desde os tempos da colonização até à independência, e *Geração da Utopia* [1992] em homenagem à Casa dos Estudantes do Império e à geração que fez a luta pela independência. «A literatura africana pós-independência (...) é uma literatura à espera da História».



FOTOGRAFIA: ANTONIO SILVA/REUTERS

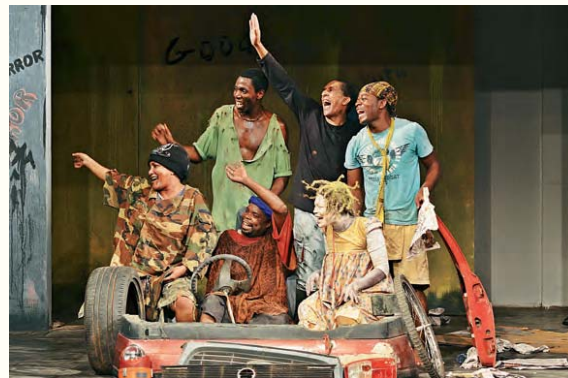
Boaventura Cardoso



FOTOGRAFIA: ANTONIO SILVA/REUTERS

Ungulani Ba Kha Khosa

## Manuela Soeiro homenageada no Festlip 2015



Mutumbela Gogo Os meninos de Ninguém

Depois do português João Mota em 2014, o Festlip - Festival Internacional de Teatro da Língua Portuguesa homenageia na sua edição de 2015, que decorre de 26 de agosto a 6 de setembro no Rio de Janeiro, a encenadora moçambicana Manuela Soeiro, fundadora em 1986 do grupo teatral Mutumbela Gogo.

O programa dos 11 dias do festival compreende espetáculos, mostra gourmet, oficinas, palestras, um encontro cultural, uma exposição audiovisual de poesia em homenagem aos 450 anos do Rio de Janeiro e um novo projeto de intercâmbio teatral com Portugal, país que está representado com duas peças nas oito produções teatrais de seis países - Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza (Espanha), Moçambique e Portugal - apresentadas pelo Festlip, segundo a nota da assessoria de imprensa dos organizadores do festival, a Talu Produções, da atriz e produtora brasileira Tânia Pires.

Portugal, com o apoio do Camões, I.P. e o patrocínio institucional da Embaixada portuguesa em Brasília, estará representado por *Misterman*, uma peça do autor irlandês Enda Walsh, apresentada pelo encenador e ator Elmano Sancho (Premio de Melhor Ator de Teatro 2014 da Sociedade Portuguesa de Autores com este trabalho), e por *Finge*, um texto de Carlos J. Pessoa, que é também o responsável pela encenação levada à cena no Rio de Janeiro pelo Teatro da Garagem, que já esteve presente na edição de 2013 do Festlip.

No âmbito do III Encontro Cultural de Língua Portuguesa, Carlos J. Pessoa tem também a seu cargo a primeira oficina 'A Falar que a Gente se Entende', cujo intuito é «promover a economia criativa». A nota de imprensa explica que a oficina, que dará origem a um espetáculo na próxima edição



Manuela Soeiro



Teatro da Garagem. Finge

do Festlip - com atores de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal -, coproduzido pelo festival e pelo Teatro de Garagem, é «o início do processo de intercâmbio e parceira artística, abrindo o mercado de trabalho para os países participantes, além de permitir a reflexão a respeito da produção teatral no contexto internacional».

Para celebrar os 450 anos do Rio de Janeiro, o Festlip promoveu pela primeira vez um concurso de poesia, aberto a todos os países de língua portuguesa, com temática sobre a cidade. Durante o festival, os melhores textos serão apresentados numa exposição audiovisual, interpretados por atores cariocas, refere a nota.

Depois de criar em 2014 o portal que disponibiliza em linha dramaturgia dos nove países de língua portuguesa ([www.portaldlip.com](http://www.portaldlip.com)), o Festlip «dá início este ano a um intercâmbio de produção teatral e um concurso internacional de poesia, na tentativa de reforçar ainda mais os laços entre essas nações irmãs», declarou Tânia Pires, idealizadora do festival, que contabiliza desde a sua primeira edição um público de mais de 250 mil pessoas.

Três outros eventos pontuam ainda o Festlip na sua 'vitrine cultural'. São eles a palestra do escritor português Hugo Cruz, que lança o livro *Arte e Comunidade*, sobre a importância dos projetos artísticos comunitários, a oficina teatral *O Teatro da língua portuguesa sem a quarta parede*, conduzida pelo encenador angolano José Mena Abrantes com a presença dos grupos participantes e aberta a jovens atores e estudantes de teatro, e a palestra e oficina do encenador Carlos Pessoa com o tema *Audiodisual nos palcos*.

Mas o foco do festival estará na homenagem aos 40 anos de carreira da atriz e encenadora moçambicana Manuela Soeiro, «um dos grandes nomes do teatro de Moçambique». Segundo a nota do Festlip, Manuela Soeiro, fundadora do grupo teatral Mutumbela Gogo, «produziu mais de 60 peças, entre inéditas e clássicos de Shakespeare, Ibsen, Dario Fo, Aristófanes, entre outros, apresentando-se em países como África do Sul, Alemanha, Suécia, Portugal, França, Espanha, Índia, Argentina e Brasil». No Festlip, seu grupo apresenta *Os meninos de ninguém*, de Manuela Soeiro, Mia Couto e Henning Mankell, «sobre a persistência do sonho ante a dura realidade das crianças vítimas da guerra e da miséria nas ruas de Moçambique».

De Angola vêm ao festival as companhias Kulonga, com a peça *Filhos da Pátria*, escrita e encenada por Afonso Dinis, e os veteranos do Elinga Teatro, com o espetáculo *As Bondosas*, texto do brasileiro Ueliton Rocon, com encenação de José Mena Abrantes. O Brasil está representado pelo Teatro Luna Lunera, com a peça *Aqueles Dois*, criação e encenação da própria companhia, enquanto Cabo Verde traz o texto *Adão e Eva*, de Mário Lúcio Sousa, encenado por João Paulo Brito com a companhia Sikinada, criada em 2005 na Cidade da Praia.

A Galiza marca presença pela segunda vez no Festlip, representada este ano pelo ator, músico e encenador Borja Fernández, que apresenta a peça *Barbazul*, sob a direção de Marta Pazos, dividindo o palco, a autoria do texto e a banda sonora com Mónica de Nut.

Música dos países de língua portuguesa no Festlipshow, oficinas destinadas às crianças e uma festa *gourmet* com sabores de Moçambique completam a programação.

## O poder visto por Vasco Araújo no MALBA de Buenos Aires



Vasco Araújo *Mulheres d'Apollo*. Portugal. 2010. 18'24"

Uma mostra de vídeos do artista plástico Vasco Araújo (Lisboa, 1975), realizados entre 2001 e 2014 e selecionados sob o tema 'relatos do poder', vai ter lugar de 27 de agosto a 6 de setembro no MALBA - Museo de Arte Contemporânea Latinoamericana de Buenos Aires.

Segundo uma nota imprensa da exposição *Potestad*, com curadoria da portuguesa Maria João Machado, os vídeos refletem «um tema central» na obra de Vasco Araújo, cruzando «referências contemporâneas com as grandes narrativas e temáticas da cultura clássica e refletindo sobre questões políticas universais».

«Vasco Araújo estruturou o seu discurso através de uma forma particular de desconstrução e reconstrução dos códigos sociais, o que lhe permite observar os vínculos do indivíduo com o mundo a partir de novas perspetivas. As relações de poder, a competência do corpo e da voz (inclusive a do próprio artista, que pratica canto lírico), a gestualidade, a linguagem e as formas sociais estabelecidas são repensadas através de uma poética muito representativa».

A mostra, inaugurada com *Duetto* (2001) compreende a projeção de *Hipólito* (2003), *O Jardim* (2005), *About Being Different* (2007), *Mulheres d'Apollo* (2010), *Augusta* (2008), *Impero* (2010), *O Percorso* (2009) e *Retrato* (2014). Vasco Araújo licenciou-se em Escultura, em 1999, pela Escola de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Em 2000 completou o curso avançado de artes visuais da Maumaus, em Lisboa. Desde então, participou em mostras individuais e coletivas em Portugal e no exterior e em diversas residências artísticas. Em 2003 recebeu o Prémio EDP Novos Artistas. Publicado em vários livros e catálogos, o trabalho de Vasco Araújo está representado em coleções públicas e privadas portuguesas e internacionais.

## Paulo Monteiro no Luanda Cartoon



Paulo Monteiro *Prancha da história*. Porque este é o meu ofício

Paulo Monteiro (Vila Nova de Gaia, 1967) é o autor de BD português em destaque na edição de 2015 do Luanda Cartoon, o tradicional Festival Internacional Banda Desenhada e Animação da capital angolana, este ano entre 12 e 28 de agosto, e que tem como palcos a Mediateca da cidade e o Centro Cultural Português/Camões, I.P.

O também diretor da Bedeteca de Beja leva a Luanda Cartoon, segundo declarou, «algumas pranchas das bandas desenhadas do livro *O Amor Infinito que te tenho* [na ilustração]», que descreve como características do seu trabalho - «um trabalho intimista, ligado à vida do quotidiano e às minhas memórias».

Paulo Monteiro, licenciado em Letras e que estudou Pintura e Cenografia para Teatro, transporta consigo «algumas publicações do Festival Internacional de Banda Desenhada de Beja», que tentará dar a conhecer ao público angolano, esperando trazer de volta «muitas novidades» de Luanda para partilhar na instituição de cuja direção faz parte desde 2005, ano em que se começou a «dedicar essencialmente à banda desenhada, como autor», publicando bandas desenhadas curtas em fanzines e revistas.

«É uma oportunidade maravilhosa para ficarmos a saber melhor o que se passa nos nossos dois países, no que concerne a esta arte incrível que é a BD», diz Paulo Monteiro, que lamenta conhecer relativamente mal a BD angolana. Os autores de BD angolanos que conhece são sobretudo aqueles que são publicados pelo fanzine BDLP - Banda Desenhada de Língua Portuguesa, «um projeto absolutamente fantástico» - cujo editor, João Mascarenhas, lhe apresentou no AmadoraBD os organizadores do Luanda Cartoon, Lindomar de Sousa e Olímpio de Sousa, que agora o convidaram a participar no festival angolano. «O que salta à vista é a quantidade de autores e de estilos diferenciados que abundam na BD angolana».

Durante o Luanda Cartoon, que tem na programação uma exposição central de banda desenhada e um ciclo de cinema de animação, Paulo Monteiro vai ainda ministrar diversas oficinas de trabalho sobre banda desenhada, o que faz há muitos anos através da Bedeteca de Beja, normalmente dirigidas aos mais novos.

«A ideia é fazer com que os 'alunos' escrevam/desenhem sobre um acontecimento importante nas suas vidas, sobre um dia especial, ou até sobre o próprio dia em que frequentam a oficina. Isto para lhes dar a ideia de sequência, de acontecimento encadeado (...). Depois é só colocar tudo no papel, com o equilíbrio indispensável entre texto e desenho (dando atenção a certas regras básicas: planificação e estudo de personagens; legibilidade da letra; não repetir com o desenho o que se lê no texto e vice-versa; ritmo de leitura; utilização de planos, etc., etc.). Os temas serão escolhidos pelos alunos. O importante aqui é a ideia de sequência que permite, em última análise, fazer uma banda desenhada».

Paulo Monteiro publicou o seu primeiro livro, *O Amor Infinito...*, em 2010, tendo a obra sido editada em 4 línguas, distribuída em 12 países e ganho 4 prémios. Neste momento trabalha no seu segundo livro.

## A exposição Condor de João Pina Pela memória



João Pina Condor, 2014 *Antigos militares escondem os seus rostos ao fotógrafo durante uma sessão de julgamento, durante o qual são acusados pelo Estado argentino de crimes contra a Humanidade na última ditadura de 1976 a 1983. Bahía Blanca, Argentina, fevereiro de 2012*

É uma verdadeira luta pela memória, aquela que a exposição do fotógrafo português João Pina protagoniza e que agora prossegue (quase que se diria) 'naturalmente' a sua ronda pela América do Sul em mais 3 países.

*Condor*, o nome da exposição do fotógrafo nascido em Lisboa em 1980 e que passou «a maior parte dos últimos 10 anos a trabalhar na América Latina», evoca, pelas imagens próprias ou recolhidas e tratadas, a operação secreta que, em 1975, no auge da 'guerra fria', os militares da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai, levaram a cabo, «destinada a eliminar os opositores políticos, usando recursos comuns, trocando informação, presos e técnicas de tortura», segundo se lê na nota de apresentação da exposição na página na internet de João Pina.

«O plano, aplicado durante mais de 3 anos, resultou nas 'execuções extrajudiciais' de pelo menos 60.000 pessoas, na sua maioria jovens de esquerda, inspirados pela revolução cubana», muitos dos quais 'desapareceram'.

Depois de ter sido mostrada em 2014 no Brasil, as 74 fotografias (que deram origem a um livro) são agora levadas ao Centro de Fotografia, de Montevideo (27 de agosto a 11 de outubro), ao Museu de la Memoria y de los Derechos Humanos, de Santiago do Chile (9 de setembro a 5 de dezembro), e ao Parque de la Memoria, de Buenos Aires (28 de novembro a março de 2016), com o apoio do Camões, I.P.

«As exposições aconteceram devido ao foco do trabalho ser precisamente a América do Sul. Logo, pareceu-me natural expor o

trabalho aqui. Depois de em 2014 o ter mostrado em São Paulo e Rio de Janeiro, a continuação natural, seria encontrar museus nos restantes países envolvidos no *Condor* para que este possa ser mostrado nestes países. São todos museus que eu já conhecia, e tanto por convite como por proposta minha, acabaram por se conseguir montar estas três exposições até ao final do ano», diz João Pina.

No texto de apresentação do curador da exposição, o brasileiro Diógenes Moura escreve que «foi depois de fotografar 25 ex-presos políticos portugueses, em 2005, que o fotógrafo João Pina passou a conhecer e pesquisar a Operação *Condor*, desenvolvida nos 6 países «sob o regime da ditadura militar de extrema-direita», com a «intenção de fazer calar os que pensavam de 'outra maneira'». «Foram presos, torturados e assassinados. Muitos deles continuam 'desaparecidos', suas famílias devastadas e nós, que aqui estamos, somos vítimas desses mesmos crimes, porque essa ausência não pertence apenas aos que estão 'do lado de lá': não podemos continuar a ser indiferentes a um passado como se ele não fizesse parte da nossa realidade e do nosso futuro».

A lente de João Pina, segundo o curador, «funcionou como um olho a observar os efeitos que esse longo período da ditadura provocou em nossa sociedade, em alguns sobreviventes e nos familiares que convivem todos os dias com os profundos traumas, (...) que transformaram a vida de várias gerações». E, falando das imagens, diz que todas elas «funcionam como um grito parado no ar».

João Pina, que publicou o seu primeiro livro (*Por teu livro pensamento*) em 2007, com as histórias de 25 antigos presos políticos e foi por isso premiado com o Leão de Ouro do Cannes Lions International Festival of Creativity, em 2011, tem diversos galardões internacionais e trabalhos publicados no *The New York Times*, *The New Yorker*, *Time Magazine*, *Newsweek*, *Stern*, *GEO*, *El País Semanal*, *La Vanguardia Magazine*, *D Magazine*, *Io Donna*, *Days Japan*, *Expresso e Visão*, entre outros órgãos de imprensa. O seu trabalho foi mostrado em Nova Iorque, Tóquio, Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa, Porto e Perpignan.

### Camões no Mundo

**Angola**  
*Luanda Cartoon* na Mediateca e Centro Cultural Português, até 28 de agosto.

**Argentina**  
*Potestad* - exposição do artista plástico Vasco Araújo no MALBA de Buenos Aires, até 22 de agosto.

**Uruguai/Chile**  
*Condor* - exposição do fotógrafo João Pina no Centro de Fotografia de Montevideo (27 de agosto a 11 de outubro), e no Museu de la Me-

moria y de los Derechos Humanos, de Santiago do Chile (9 de setembro a 5 de dezembro).

**Brasil**  
Festival - Festival Internacional de Teatro da Língua Portuguesa, de 26 de agosto a 6 de setembro, no Rio de Janeiro.

**Japão**  
*Apelo à Paz* - Exposição de Arte Contemporânea Portugal e Japão, nos 70 anos do fim da II Guerra Mundial e do lançamento das bombas atômicas sobre Nagasaki e Hiroshima. Até 30 de agosto, em Nagasaki.



**Camões, I.P.**  
Av. da Liberdade, n.º 270  
1250-149 Lisboa  
TEL. 351+213 109 100  
FAX. 351+213 143 987  
www.instituto-camoes.pt  
jlencarte@camoes.mne.pt  
PRESIDENTE Ana Paula Labinho  
COORDENAÇÃO Paula Saraiva  
COLABORAÇÃO Carlos Lobato